



VIII JORNADAS PARLAMENTARIAS ATLÁNTICAS

GRUPO 3: TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, NOVAS TECNOLOGIAS E CONHECIMENTO

CONCLUSÕES FINAIS

Os trabalhos realizados pelo Grupo III incidiram sobre as temáticas dos transportes, comunicações, novas tecnologias e conhecimento.

Na generalidade, o Grupo de Trabalho efetuou a seguinte análise:

Desde 2004 que a Comissão tem-se pronunciado, por diversas vezes, no sentido de impulsionar as políticas de crescimento nas RUP.

O primeiro pronunciamento (COM 343 de 2004) estabeleceu a estratégia comum com vista a atingir os seguintes objetivos:

- Redução dos efeitos do afastamento e melhorar a acessibilidade;
- Tornar as Regiões mais competitivas;
- Reforçar a integração das mesmas.

A abordagem das RUP no espaço europeu teve e tem como finalidade principal promover um crescimento mais autossuficiente e autónomo, que não esteja apoiado em apoios regulares e sistemáticos, exceto no que diz respeito aos constrangimentos naturais e permanentes.

Um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das RUP prende-se com a acessibilidade ao mercado comum que condiciona a liberdade de circulação de pessoas e bens, constituindo-se como um fator de discriminação negativa face aos cidadãos comunitários residentes em território continental.

No que se refere aos transportes, essencialmente os transportes aéreo e marítimo, assumem uma importância central e incontornável no colmatar e atenuar o constrangimento acima mencionado.

Por outro lado, o desígnio de tornar os arquipélagos da Macaronésia mais competitivos passa por uma aposta indiscutível no conhecimento e inovação. Essa aposta tem de ser concretizada no aproveitamento de uma população jovem dominante nestas Regiões e dotá-las de capacidades que permitam construir modelos de desenvolvimento baseados nas novas tecnologias e na investigação.

Em diversos documentos e em várias intervenções de responsáveis comunitários, nacionais e regionais, os arquipélagos da Macaronésia têm sido apresentados como espaços especialmente vocacionados para a experimentação, constituindo-se como laboratórios por excelência para a investigação especialmente nas áreas da sustentabilidade ambiental, da energia, do mar, etc.

No entanto, dadas as suas características geográficas, a sua dimensão, o seu isolamento e as suas idiossincrasias, esta vertente laboratorial pode e deve ser estendida a todas as áreas que obriguem ao ensaio de soluções em ambientes controlados, mais pequenos, em que os efeitos, consequências e resultados possam ser analisados de forma mais eficaz e rápida.

Relativamente a cada tema em particular, o Grupo de Trabalho decidiu emitir as seguintes conclusões:

TRANSPORTES

- Registrar a insuficiente ação da União Europeia em relação aos transportes nas RUP;
- Verifica a necessidade de mais e melhores ligações entre os arquipélagos da Macaronésia, entre estes e o continente europeu, e entre estes e países terceiros vizinhos. Acresce que, além da questão da qualidade e da

quantidade das ligações, há que levar em linha de conta os preços elevados que limitam o aproveitamento pleno do mercado único e o desenvolvimento destas economias nos seus espaços de influência;

- A Política Comum de Transportes e os seus instrumentos de apoio devem integrar a dimensão ultraperiférica, reconhecendo esta especificidades e promovendo uma visão estruturada e coerente;

- Recomenda a integração das RUP nos corredores prioritários da rede principal da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) e o acesso ao “Mecanismo Interligar a Europa”;

- Recomenda o aprofundamento da coesão e da continuidade territorial via apoio aos custos de transporte que penalizam as economias destas Regiões;

- Recomenda seja assegurado o apoio financeiro direcionado à promoção do transporte marítimo de passageiros dos arquipélagos da Macaronésia para o continente europeu e para os países terceiros na sua área de influência;

- A diversidade dos portos europeus, especialmente dos arquipélagos da Macaronésia, tem de ser levada em conta, assim como as diferentes atividades económicas e regimes portuários de cada Região;

- Recomenda a criação de um fundo europeu específico para apoiar os sobrecustos da ultraperiferia;

- Recomenda a promoção e financiamento da utilização de combustíveis alternativos pelos navios, bem como da instalação de postos de abastecimento deste tipo de combustíveis nas Regiões;

- Insta a que a União Europeia aproveite as condições únicas e excelentes dos arquipélagos da Macaronésia para dinamizar a investigação e inovação marítimas;

- Recomenda a simplificação das formalidades administrativas inerentes ao sector da navegação e transporte marítimo;

- Com vista a facilitar a mobilidade entre os arquipélagos da Macaronésia, insta a União Europeia no sentido da retirada de Cabo Verde da lista comum de países terceiros em que se exige visto nos estados membros sujeitos ao Regulamento (CE) n.º 539/2001;
- Recomenda a revisão da definição e critérios de elegibilidade das Autoestradas do Mar;
- Considera que as RUP devem beneficiar de taxas de financiamento preferenciais por via do seu afastamento do continente europeu;
- Recomenda que as ligações entre um porto da União Europeia e um porto de um país terceiro devem ser elegíveis no âmbito das Autoestradas do Mar;
- Considera que as Autoestradas do Mar devem estar relacionadas com os planos de ação de cada corredor prioritário da rede principal da RTE-T;
- Assegurar a taxa de isenção das taxas de emissão de dióxido de carbono e descargas de resíduos referentes aos transportes de e para as RUP;
- Assegurar a compensação, por parte da União Europeia, do devido financiamento das tarifas inter ilhas de pessoas e mercadorias, de forma a diminuir consideravelmente os custos das deslocações intra e inter arquipélagos;
- Potenciar a mobilidade entre os territórios constituintes da Macaronésia, nos termos a acordar entre as Regiões, os Estados e a União Europeia, nomeadamente mediante a possibilidade da implementação de uma tarifa específica para o estabelecimento de ligações diretas entre arquipélagos, e de todas as ações conducentes à livre circulação de pessoas e bens.

COMUNICAÇÕES, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO

- Recomenda mais transparência de preços e maior supervisão dos serviços de entrega, no que respeita ao mercado dos serviços postais;

- Recomenda à União Europeia financiar as derivações dos cabos transatlânticos (como é exemplo o da América do Sul/Europa) para os arquipélagos da Macaronésia;
- Recomenda a eliminação de bloqueios e de redireccionamentos de sites, no que respeita ao comércio eletrónico;
- Recomenda a criação de infraestruturas tecnológicas e de centros de inovação de envergadura europeia, desenvolvimento de projetos e de parcerias com entidades do sistema científico e tecnológico, participação nas redes europeias de ajuda à inovação, por forma a garantir a participação das RUP em projetos emblemáticos da Estratégia Europeia 2020;
- Recomenda a escolha dos arquipélagos da Macaronésia como espaço preferencial, tendo em conta as suas características únicas, para a constituição de laboratórios de excelência para a investigação especialmente nas áreas da sustentabilidade ambiental, da energia, do mar, etc;
- Insta a União Europeia a garantir o pleno acesso das populações destas regiões aos meios de informação e comunicação proporcionados pelas novas tecnologias (banda larga, tecnologia sem fios);
- Considera que os arquipélagos da Macaronésia devem constituir-se como a vanguarda na exploração de soluções inovadoras baseadas nas TIC que contribuam para melhorar a competitividade do turismo e de outros sectores centrais destas Regiões;
- Considera que a participação das RUP no Espaço Europeu de Investigação (EEI) deve ser feita sem qualquer limitação ou restrição;
- Considera que a participação das RUP nos programas europeus para a educação e conhecimento deve ser feita sem qualquer limitação ou restrição;



- Recomenda o estabelecimento de mecanismos de financiamento por parte da União Europeia, para a criação de intercâmbios e partilha de experiências científicas na área de investigação, conhecimento e ensino profissional.

Feito na sede do Parlamento Canário, aos 21 dias do mês de junho de 2016.

Carlos Alberto Rodrigues
Madeira -Presidente

Arlinda Maria Rocha Nunes
Azores-Relator

Artur Manuel Leal De Lima
Azores-Miembro

Paulo Jorge Abraços Estêvão
Azores-Miembro

Jaime Filipe Gil Ramos
Madeira-Miembro

Sílvia Martinha Vasconcelos
Madeira-Miembro

Anilda Ineida Monteiro Tavares
Cabo Verde-Miembro

Iñaki Álvaro Lavandera
Canarias-Miembro

Migdalia Machín Tavío
Canarias-Miembro